



CONTRATO Nº 202/2023

MUNICÍPIO DE CANGUÇU, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no **CNPJ/MF sob o nº.88.861.430/0001-49**, com prefeitura na Praça Dr.Francisco Carlos dos Santos, nº 240, neste ato representado pelo Vice Prefeito municipal, no exercício de Prefeito municipal, **Sr. Cledemir de Oliveira Gonçalves**, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Canguçu/RS, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e **SOCIEDADE CANGUCUENSE DE RADIO LTDA**, estabelecida à Rua General Osório, nº 943, CEP 96.600-000, na cidade de Canguçu/RS, inscrito no **CNPJ sob o nº. 90.320.839/0001-08**, por seu representante legal, Paulo Henrique Barbosa Fonseca Ribeiro, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviço de veiculação de spots para rádio, com conteúdos relacionados a divulgação de atos e serviços públicos de interesse coletivo em rádio local am com abrangência em todo o município, incluindo zona urbana e rural, tendo por base o artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, em acordo com a **Dispensa de Licitação por limite nº 386/2023**.

Parágrafo Primeiro - São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência que embasou a contratação e eventuais anexos;
- b) O Edital da Licitação;

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATADO

O preço total do fornecimento objeto do presente contrato é de **R\$ 22.644,00 (vinte e dois mil, seis centos e quarenta e quatro reais)**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado mensalmente, conforme a quantidade de materiais entregues no período (inserções de spots), mediante a entrega da nota fiscal discriminada, conforme a nota de empenho onde deverá constar o número da conta, agência, banco correspondente ao CNPJ participante da contratação e número do contrato a que se refere. Junto a nota fiscal deverá ser entregue relatório que demonstre os serviços executados ao longo do mês de referência a fim de controle do setor e comprovante das inserções realizadas. A Nota Fiscal e relatório devem, obrigatoriamente, serem entregues junto ao protocolo eletrônico pelo site oficial www.cangucu.rs.gov.br na aba de acesso CIDADÃO PROTOCOLO selecionando o assunto Nota fiscal e documentos para empenho.

CLÁUSULA QUARTA – EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

A CONTRATADA deverá providenciar as inserções conforme o cronograma entregue pelo setor de comunicação visando organização das demandas dentro do período de contratação, sendo que para a elaboração do cronograma será previsto que as inserções ocorrerão de segunda a domingo no período das 07 horas às 18 horas, obedecendo os intervalos necessários conforme a programação. Os materiais deverão ser divulgados em ótima qualidade e em acordo com as especificações do material recebido da Prefeitura Municipal, nos horários previamente solicitados.

Parágrafo Primeiro – Verificada a não conformidade de algum do objeto, a empresa contratada deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste contrato.

Parágrafo Segundo – A Nota Fiscal/Fatura deve, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto, constando nela, também, o número do processo, o nome e número do banco, nome e número da agência e número da conta-corrente da contratada.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- a) executar a entrega do objeto da contratação na forma do presente contrato, não se admitindo quaisquer modificações sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- b) arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do presente contrato;
- c) responsabilizar-se por todos os danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto do presente contrato.
- d) obriga-se a contratada a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, a cumprir todas as condições de habilitação e



qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

É obrigação da CONTRATANTE, liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura da empresa CONTRATADA, nos prazos estabelecidos no presente contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

Este contrato terá vigência de 1 ano, a contar da data de elaboração, podendo ser prorrogado pelas partes por iguais e sucessivos períodos até o limite de até 5 (cinco) anos, nos termos do artigo 106 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

A **CONTRATADA** ficará sujeita, no caso de inexecução total ou parcial do contrato, às seguintes penalidades, garantido sempre o prévio direito de ampla defesa:

Advertência, no caso de falta de presteza e eficiência ou por descumprimento dos prazos fixados para o atendimento das consultas ou dos serviços previstos no contrato, caracterizando inexecução parcial.

Multa, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor da mensalidade, no caso de reincidência em infração.

Impedimento do direito de contratar com o **PODER EXECUTIVO**, pelo prazo de até 1 (um) ano, na hipótese de reiterado descumprimento das obrigações contratuais.

Declaração de inidoneidade, para contratar com o **PODER EXECUTIVO**, na hipótese de recusar-se à prestação dos serviços contratados, fora das hipóteses legais e contratualmente previstas, pelo prazo de 3 (três) anos.

No caso de imposição de multa, o respectivo valor será deduzido dos créditos da **CONTRATADA** na data em que o **PODER EXECUTIVO** pagar o valor mensal.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos nos incisos do artigo 137 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente contrato decorre da **Dispensa de Licitação por limite nº 386/2023** a qual é parte integrante deste contrato, bem como a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente os casos omissos, sendo neste caso a Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa orçamentária correrá a conta da dotação:

RECURSO	DESPESA
SERVIÇOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	4637

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FISCAL DO CONTRATO

Fica responsável pela fiscalização deste contrato a servidora efetiva Jéssica Griep Timm, Diretora de Comunicação, matrícula: 30521-9.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Canguçu – RS, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente contrato.

E, por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente instrumento em via de igual teor e forma.

Canguçu, 31 de Julho de 2023.

CLEDEMIR DE OLIVEIRA GONÇALVES
VICE PREFEITO NO EXERCÍCIO DE PREFEITO MUNICIPAL

SOCIEDADE CANGUCUENSE DE RADIO LTDA
CONTRATADA



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: AF11-FD7E-0489-A572

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ SOCIEDADE CANGUCUENSE DE RADIO LTDA (CNPJ 90.320.839/0001-08) VIA PORTADOR PAULO HENRIQUE BARBOSA FONSECA RIBEIRO (CPF 767.XXX.XXX-91) em 31/07/2023 16:23:59 (GMT-03:00)

Emitido por: AC VALID RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

✓ FERNANDA DIAZ FLORES (CPF 817.XXX.XXX-91) em 01/08/2023 10:15:07 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✓ CLEDEMIR DE OLIVEIRA GONCALVES (CPF 791.XXX.XXX-15) em 01/08/2023 14:44:26 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC SOLUTI Multipla v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/AF11-FD7E-0489-A572>